

PROJOVEM URBANO: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO EM SALA DE AULA

Fernanda Pinto de Aragão Quintino¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo mostrar como a educação para as relações étnico-raciais é importante para a educação de jovens e adultos (EJA), a partir da análise do funcionamento do programa Projovem Urbano, na cidade de Campina Grande – PB, analisando depoimento de alunas que fizeram parte do programa na edição de 2013/2015. Realizamos um pequeno histórico da EJA no Brasil e seus principais programas de cunho nacional. As questões raciais e de gênero estão presentes em todo o funcionamento do programa que ocorre em bairros periféricos da cidade. Esperamos contribuir com as discussões acerca das questões de gênero e raça na EJA.

Palavras- chave: Projovem Urbano, Gênero, Relações étnico-raciais, EJA, Educação.

Abstract

This article aims to show how education for racial ethnic relations is important for adult education , based on the analysis of the functioning of Projovem Urbano program in the city of Campina Grande - PB , analyzing testimony of students who did part of the program in the 2013/2015 edition . We conducted a brief history of adult education in Brazil and its main national nature programs. Racial and gender issues are present throughout the operation of the program that takes place in the suburbs of the city, we hope to contribute about gender and race issues in adult education.

Key words: Projovem Urbano, Gender, Relation racial ethnic relations, Adult education, Education.

¹Licenciada e bacharel em História pela UFCG, especialista em Ensino de História do Brasil e da Paraíba pela FIP, especialista em Educação em Direitos Humanos pela UFPB, especialista em Relações Étnico-raciais e mestre em Desenvolvimento Regional pela UEPB. Tutora na modalidade virtual do curso de Pedagogia da UFPB Virtual.

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil teve um percurso histórico bastante conturbado. Inicialmente pensada como forma de dominação cultural, durante a colonização, depois passando por um período de segregação social, sendo privilégio de alguns, reforçando o estereótipo do dominador homem, branco e aristocrata.

No século XX, por influência europeia, o incentivo a alfabetização de jovens e adultos ganha um destaque maior no país. Com o fim da Segunda Grande Guerra e o progressivo desenvolvimento da industrialização e da urbanização se intensificam a necessidade de mão de obra qualificada. O Golpe Militar de 1964 fez com que muitos programas educacionais voltados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) fossem interrompidos, entra em cena o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e sua forma ditatorial de ensino, tendo fim junto com o golpe, na década de 1980.

Com a volta à democracia diversos programas foram criados para tentar erradicar o analfabetismo e a EJA ganhou um enfoque multicultural, ganhando destaque para segmentos sociais excluídos da educação como jovens marginalizados, mulheres, grupos étnicos, moradores do campo, população carcerária e na última década também aos idosos.

O Projovem Urbano é um dos programas de EJA criado em 2005 que tem como público alvo jovens entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, mas que já são alfabetizados. É esse programa que analisaremos, buscando exemplificar ações, discursos e práticas que mostram como a educação para as relações étnico-raciais são importantes para desconstruir preconceitos e trazer para a escola a história dos alunos e de sua comunidade.

Tendo como público majoritário as mulheres, o programa supracitado tem intensas relações de gênero, uma vez que as mulheres que dele fazem parte vivenciam diariamente situações relativas às duras concepções do que é ser mulher na sociedade paraibana. A violência também é uma questão recorrente em sala de aula, seja ela praticada pelas alunas ou contra as alunas. As relações raciais são um grande problema no programa, pois a falta de leitura e também o preconceito fazem com que muitas violências ocorram entre os alunos, a partir dos discursos e práticas dos alunos e alunas,

desse modo, esperamos contribuir com os estudos acerca do funcionamento do Projovem Urbano e da educação para as relações étnico-raciais na educação de jovens e adultos.

No século passado a escolarização atingiu grande parte da população brasileira. O acesso à escola de forma gratuita e as políticas de incentivo à alfabetização e o letramento conseguiram números altos no tocante a quantidade de pessoas que começaram a frequentar a escola. Contudo, o acesso à escola não se deu e nem se dá de maneira igualitária, mulheres atualmente, frequentam mais anos a escola em relação aos homens, e pessoas brancas tem mais anos de estudo, em relação a negros e pardos².

Historicamente, as mulheres tiveram o direito de frequentar a escola no Brasil, muito mais tarde que os homens. Tivemos na construção da mentalidade nacional heranças portuguesas marcadamente católicas e conservadora, de modo a só conceber a mulher como ser do lar, nascidas para cuidar, limpar e obedecer. Paiva (1983) afirma que o domínio da cultura branca, cristã, masculina e analfabeta (onde poucos tinham acesso a leitura e a escrita, sendo a educação escolar pouco valorizada) foi preponderante sobre quase quatro séculos no nosso país, o que resultou numa educação seletiva, discriminatória e excludente, podendo ser comprovada com dados do Censo Nacional de 1890 onde conta a existência de 85,21% de “iletrados” na população brasileira.

Mesmo com a Constituição de 1824 garantindo (apenas na forma da Lei) a existência de escolas destinadas especificamente às mulheres, a maioria eram muito mais voltadas ao ensino de serviços domésticos e de alcance de uma determinada classe social. Ficando as mulheres pobres, bem distante das salas de aula.

De acordo com Weber (2009, p. 32),

No final do século XIX até meados do século XX, era a escola pública que tinha como clientela predominante crianças e jovens oriundos das camadas médias dos diferentes estratos (pequenos agricultores, comerciantes, empregados urbanos, funcionários públicos), e integrantes da chamada elite (empresários urbanos e rurais profissionais liberais e assemelhados). Aliás, é essa escola pública, de

² SENKEVICS, Adriano. **Desigualdades de gênero e cor/raça na educação básica no Brasil**. 30 set. 2012. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/09/30/desigualdades-de-genero-e-corraca-na-educacao-basica-no-brasil/>>. Acesso em: 15 maio 2015.

acesso restrito, do ponto de vista social, que continua referência social na discussão a respeito de oportunidades e 24 desigualdades educacionais no país, e pano de fundo de relações de rejeição, estigma, preconceito, violência, nela hoje observado.

Uma realidade que aos poucos foi sendo desconstruída, uma vez que ao longo do século XX, principalmente na segunda metade com o advento da urbanização e industrialização brasileira, diversos projetos e programas educacionais foram criados, com o intuito de corrigir e diminuir o elevado número de pessoas adultas analfabetas. Contudo, as questões de gênero e raça só vem ganhar destaque, de acordo com Carvalho (2009), na década de 1960, com a busca de um currículo mais multicultural que atendesse demandas específicas nacionais, tendo sido também uma tendência internacional. A autora afirma ainda que o debate “recente no campo curricular reconhece a escola como espaço-tempo de luta pela significação da diferença cultural” (CANEN, 1998; SILVA 1999, 2000; CARVALHO, 2004; COSTA 1998), afinal, “a escola acolhe uma diversidade de possibilidades de leitura sobre como se pode ser e estar no mundo” (CARVALHO, 2009, p.85).

A Reforma João Alves³, de 1925, estabeleceu o ensino para jovens e adultos, no horário noturno, para atender interesses de uma classe que em 1930, iniciava um movimento contra o analfabetismo, influenciados pela cultura europeia, buscando mão de obra mais qualificada e principalmente, aumentar o contingente eleitoral, formado nesse momento por homens que dominassem a leitura e a escrita.

Campanhas nacionais de alfabetização em massa foram realizadas no pós 2ª Grande Guerra aqui no Brasil, de modo assistencialista e descontínua, priorizando o atendimento a população rural. Na área urbana, o ensino de jovens e adultos era centrado no primário e apenas na década de 1960 que o curso ginásial também é oferecido a esse grupo.

Foi também na década de 1960 com influência das ideias de Paulo Freire que a educação popular, voltada a atender camadas de jovens e adultos de periferia, movimentos sociais urbanos e do campo, ganham destaque como os Centros Populares de Cultura (CPC's) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Desenvolvido pela Confederação de Bispos do Brasil tivemos o Movimento de Educação de Base (MEB) e

³ Texto da reforma disponível em:

< http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/artigo_001.html>.

Acesso: 15 maio 2015.

também a execução do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), pelo governo federal (de janeiro a abril de 1964), onde Paulo Freire coordenou uma política nacional voltada à alfabetização de jovens e adultos pelo Brasil⁴.

Em 31 de março de 1964 o Brasil sofreu um golpe civil-militar e a maioria desses projetos foram abolidos devido à compreensão dos militares sobre os mesmos (de cunho comunista), criando em seu lugar o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em exercício entre os anos de 1967 e 1985, e os militares detinham o controle do que seria ensinado e quais os métodos de avaliação e funcionamento do mesmo. Esse programa também tinha como meta erradicar o analfabetismo.

Com a reabertura política nacional tivemos o fim do MOBRAL e o surgimento da Fundação EDUCAR, que funcionou entre os anos de 1985 e 1990. De acordo com Brasil⁵,

O objetivo da EDUCAR era “promover a execução de programas de alfabetização e de educação básica não-formais, destinados aos que não tiveram acesso à escola ou dela foram excluídos prematuramente” (ZUNTI, 2000). A Fundação EDUCAR foi extinta em 1990, surgindo a (PNAC) Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania que só durou um ano.

O PNAC que inicialmente iria erradicar 70% do analfabetismo dos brasileiros em 5 anos, não logrou êxito, uma vez que a sua duração, de acordo com a autora supracitada (*ibid.*), não durou nem um ano, dando lugar a criação de mais dois grandes programas de alfabetização, já no fim da década de 1990, o Programa Alfabetização Solidária (PAS) e o Programa Brasil Alfabetizado, tendo o segundo iniciado seu funcionamento em 2003.

No ano de 2005 é criado o PROJOVEM, como parte integrante da Política Nacional de Juventude⁶, na modalidade⁷ Projovem Urbano, abarcava jovens entre 18 e

⁴ Documento elaborado pelo Departamento de Educação de Jovens e Adultos - Secretaria de Estado da Educação; Governo do Estado do Paraná/Secretaria de Estado da Educação do Paraná/ Departamento de Educação de Jovens e Adultos/ DEJA / Coordenadora Geral: Maria Aparecida Zanetti. Disponível em: <<http://viviane.meister-gamer.tripod.com/id1.html>>. Acesso: 15 maio 2015.

⁵ BRASIL, Cristiane Costa. História da alfabetização de adultos: de 1960 até os dias de hoje. Disponível em: <<http://www.matematica.ucb.br/sites/000/68/00000003.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

⁶ Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas/secretaria-nacional-de-juventude>>. Acesso em: 16 maio 2015.

⁷ O Programa Nacional de Inclusão de Jovens foi instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005 e é destinado a jovens de quinze a vinte e nove anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano. É desenvolvido por meio das seguintes modalidades: I - Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo; II - Projovem

24 anos que já fossem alfabetizados, porém, que não tivessem concluído o ensino fundamental. Foi uma política de caráter emergencial, mas que já se estende por 10 anos.

PROJOVEM URBANO

A proposta do Projovem Urbano é articular elevação de escolaridade, qualificação profissional e ação comunitária, de modo a promover uma formação consciente, voltada aos interesses e necessidades imediatas desses jovens que por algum motivo foram excluídos do sistema de ensino na idade certa.

Em 2008 essa faixa etária foi ampliada de 24 para 29 anos, aumentando assim o número de jovens a ter acesso a esse programa. O funcionamento do programa consiste em 1092 horas de formação básica, 390 horas de qualificação profissional (com cursos escolhidos pelos gestores de acordo com a necessidade dos moradores das comunidades que fazem parte do programa, sendo um curso por escola) e 78 horas ações comunitárias, acrescidas de 400 horas de atividades não presenciais, o que dá um total de 2000 mil horas de atividades ao longo de 18 meses consecutivos, sem férias.

No programa os alunos tem aula de informática básica, muitas vezes fora da escola, em locais onde o uso de computadores seja possível, como laboratórios e centros de tecnologia, quando não há na escola esse recurso.

Aos alunos matriculados e com frequência atestada pelos professores de ao menos 75%, juntamente com a realização de atividades semanais, é concedido pelo governo federal um auxílio financeiro de R\$ 100,00 (cem reais) por mês, durante todo o período do curso, o que auxiliaria tanto um possível deslocamento como também ajudaria nas despesas com material escolar, como caderno, lápis, caneta, etc.

Outro aspecto que diferencia o Projovem Urbano de outras modalidades de ensino é a existência em seu plano de ação de uma sala de acolhida para os filhos dos alunos do programa com até 6 (seis) anos de idade. Para algumas de nossas alunas a não existência desse espaço impossibilitaria a presença delas na escola.

As aulas ocorrem entre 18:30 e 21:30 horas, respeitando as especificidades de cada comunidade onde estão as escolas em que o programa em questão funciona. A primeira atividade da noite é sempre a merenda, oferecida aos alunos e seus filhos (que estão matriculados na sala de acolhida) antes de iniciar as aulas, uma vez que o programa foi feito para atender um público-alvo que muitas vezes passa o dia trabalhando em empregos precários e vem direto para a escola sem se alimentar.

De acordo com o Projeto Pedagógico Integrado do Projovem⁸, o perfil do público alvo do programa é formado por jovens que:

Moram nas periferias das grandes cidades, encontram-se excluídos da escola e do trabalho e marcados por diversos e profundos processos de discriminação: étnico-racial, de gênero, geracional, de religião, entre outros; MAIO/2006 Projeto do Programa ProJovem; Vivenciam uma experiência geracional inédita que os conecta a processos globais de comunicação e, ao mesmo tempo, a complexas realidades locais de exclusão; Apresentam especificidades quanto a linguagens, motivações, valores, comportamentos, modos de vida e, ainda, em relação ao trabalho, à escola, saúde, religião, violência, questão sexual etc; Revelam trajetórias pessoais bastante diferenciadas entre si, marcadas pelos ditames da sociedade de consumo, por experiências de risco e por situações de violência, mas também por novas formas de engajamento social geradoras de autovalorização e construtoras de identidades coletivas.

Tendo em vista que de modo majoritário, são as mulheres que compõe esse programa, realizamos entrevistas semiestruturadas com 25 alunas do Projovem Urbano, aqui, na cidade de Campina Grande- PB, sobre os motivos que as levaram a abandonar a escola, sobre sua situação social, sobre a relação com seus companheiros e filhos, relacionado a volta delas a escola e sobre a opinião delas ao fato de serem em sua grande maioria negras. As relações de gênero e étnicas permeiam todo o programa e nos fazem refletir sobre a importância de uma formação específica voltada para as relações étnico-raciais.

AS ALUNAS DO PROJÓVEM URBANO EM CAMPINA GRANDE-PB E AS RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA

⁸Texto disponível em <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17462&Itemid=817>. Acesso: 15 maio 2015.

As turmas do PROJOVEM Urbano se iniciam, em sua maioria (pré-requisito para iniciar) com 40 alunos, contudo, a exemplo de outras modalidades da educação de jovens e adultos, a evasão é um desafio enorme ao qual os professores enfrentam todos os anos. Iniciamos essa edição do programa em outubro de 2013 e foi concluído em maio abril de 2015. A turma em questão iniciou com 40 alunos e concluímos com 31, dos quais 25 são mulheres, apenas duas não tem filhos. Apenas um aluno trabalha com carteira assinada e 7 possuem subempregos, realizando ocasionalmente faxinas ou “bicos” para ajudar no orçamento familiar.

Esse núcleo do Projovem Urbano funcionou na Escola Municipal de Ensino Fundamental Anis Timani, situado no bairro Acácio Figueiredo, popularmente conhecido como Catingueira, situado na cidade de Campina Grande – PB. A escola funciona pela manhã e à tarde com o ensino infantil e fundamental e no turno da noite com a educação de jovens e adultos, tanto na modalidade de EJA, quanto com o Projovem Urbano.

Durante as aulas de Participação Cidadã⁹ é ensinado como fazer um currículo vitae, de modo a ajudá-las a conseguir empregos formais, através de entrevistas com contratadores; e algo é recorrente na fala delas: as referências que fazem ao “cabelo ruim”. As alunas reclamam que para fazer as entrevistas precisam estar arrumadas e com os cabelos crespos e cacheados isso é impossível, sendo a escovinha e o alisamento a única forma de deixá-las “bonitas”, ou seja, socialmente aceitáveis. Há entre elas a unanimidade de opinião que os cabelos crespos são feios, que é coisa de mulher descuidada e essa cultura do alisado vai além delas, as crianças filhas delas já são reféns de escovas alisadoras e relaxamentos. Isso corrobora com o que Souza afirmou ainda em 1983,

É a autoridade da estética branca quem define o belo e sua contraparte, o feio, nesta nossa sociedade classista, onde os lugares de poder e tomada de decisões são ocupados hegemonicamente por brancos. Ela é que afirma: “o negro é o outro do belo”. É esta mesma autoridade quem conquista, de negros e brancos, o consenso

⁹ É um dos eixos norteadores do programa que realiza, através do trabalho de um assistente social atividades voltadas aos direitos humanos, ética, cidadania e direitos sociais. Um dos trabalhos realizados por esse profissional, junto aos alunos do programa é a realização de um Plano de Ação que resolva ou proponha soluções para problemas da comunidade, fazendo com que os próprios alunos falem sobre as dificuldades que sua localidade enfrenta e também discutam com um profissional soluções e ações possíveis, empoderando os alunos e dando-lhes voz para a mudança social. A Participação nesse eixo é fundamental para a aprovação final no Projovem Urbano.

legitimador dos padrões ideológicos [e culturais] que discriminam uns em detrimento dos outros (p. 29).

A autora mencionada nos faz refletir como o preconceito racial ainda é predominante mais de vinte anos após essa publicação na mentalidade brasileira. Estamos falando de mulheres oriundas de bairros periféricos, com pouca escolaridade, e afrodescendentes. Mulheres que passam diariamente por situações de violações de direitos, por privações econômicas, por situações de preconceito racial, de endereço, de gênero e que aceitam o discurso midiático, social e normatizador de superioridade racial branca, onde ter cabelo liso é ordem e cacheado é “desordem”.

A Lei 10.639/03 instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no sistema de educação escolar brasileiro em todos os seus níveis. Desse modo, como professora de Ciências Humanas no programa em questão, aproveitei momentos como esse, em que questões cotidianas gritam o quanto o preconceito e o racismo fazem parte do nosso dia-a-dia para discutir como os conceitos e pré-conceitos foram historicamente construídos e impostos e como podemos quebrar essa corrente cruel que perpetua essas violências.

Uma das aulas sobre questões raciais, propostas pelo Juventude Viva¹⁰ e aplicadas por mim com a turma em questão, discutimos qual o lugar do negro e seus descendentes na nossa sociedade e propus que eles realizassem o teste do pescoço, onde eles levantassem o pescoço e procurassem os negros nos lugares que eles fossem e no outro dia dividissem com a turma suas percepções.

Só encontrei negros limpando a rua, desempregado andando aqui pelo bairro, bandido, o único negro gente boa é o filho da minha amiga Maria, que é preto mas é gente boa¹¹.

¹⁰ O Plano Juventude Viva é uma iniciativa do governo federal, coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR) e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). O Plano reúne ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens entre 15 e 29 anos. Texto disponível em: <<http://juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano#.VWUXPdJViko>>. Acesso: 16 maio 2015. Um dos cursos oferecidos pelo plano contemplou os educadores da educação de jovens e adultos em Campina Grande, no ano de 2014 e fizemos parte do grupo selecionado para o Curso de Atualização EJA e Juventude Viva, com 180 horas, onde diversas atividades para realizarmos com os alunos foram propostas, com o intuito de combater a violência entre os jovens e o racismo.

¹¹ Carla, em depoimento a autora durante as aulas ministradas pelo programa em questão. Utilizamos nomes fictícios para preservar a identidade das alunas que fizeram parte deste trabalho. Carla tinha 24 anos quando falou sobre esse tema. Tem dois filhos, nascidos quando ela tinha entre 14 e 16 anos e não trabalha fora de casa, cuida dos filhos e do marido.

Com esse relato podemos perceber o quanto os alunos não se veem enquanto negros ou afrodescendente. O negro é sempre o outro; e ser negro leva consigo um fardo que remete a maldade, pois o rapaz “é negro, mas é gente boa”, pois é comum associar negritude a violência, basta pararmos para analisar quantos negros são assassinados diariamente em nosso país e quantos são presos injustamente.

As relações raciais que perpassam esse programa são mais profundas que as 3 horas diárias de aula. Muitas alunas são casadas com homens presos pelo sistema judiciário brasileiro, ou seja, elas enfrentam na pele o que a falta de oportunidades, a violência, a condição social e o racismo, oriundo do preconceito racial, fazem com diversos jovens desse país. Elas são mães de crianças e adolescentes que estão sendo aliciados pelo mundo das drogas e da criminalidade. Por isso se faz tão necessário que a Lei 10.639/03 seja aplicada em todos os níveis da educação desse país, mesmo quando as vítimas de preconceito não se sentem pertencente ao grupo de vulnerabilidades.

Numa das aulas ao questionar os alunos sobre quem se considerava negro ou negra, entre os participantes da aula, apenas um aluno (que geralmente é chamado de negão pelos colegas de sala) levantou a mão, ao som de risos e chacotas dos colegas da sala. Ser negro é risível, é feio, é algo que as pessoas ainda não querem ser e numa sociedade que delega às mulheres a responsabilidade de criar os filhos, se faz necessário que se desconstrua a partir da educação, estruturas de opressão racial em nossa sociedade.

Desisti da escola porque engravidei. Só tinha 14 anos e tinha que cuidar da casa. Dava um sono tão grande que eu só dormia. Me juntei com o pai do meu filho e ele tinha ciúme de mim, dizia que escola era coisa pra mulher solteira. Hoje eu me arrependo demais. Podia ter uma profissão¹².

Escolhi o relato de Maria por que mostra o que boa parte das alunas passaram, uma gravidez não planejada na adolescência, muitas vezes fruto de desinformação e orientação familiar (que também são fruto de desinformação e pouca orientação familiar) e a formação de uma nova família de maneira precoce. Pessoas em vulnerabilidade social, de camadas pobres e negras da sociedade, que herdaram o peso social do fim da escravidão e o desamparo as famílias dos que tiveram sua carta de

¹² Maria tinha 22 anos quando participou dessa discussão. Tem 3 filhos e não trabalha formalmente, fabrica peças de artesanato e os vende em casa para complementar a renda.

alforria assinada, por gerações sofrendo preconceitos, violências e sendo segregados social, cultural e historicamente por centenas de anos.

Assim como Castro (1992), acreditamos que combinados categorias como geração, gênero e raça na classe não é uma simples operação de somas de discriminação ou de linguagens próprias, podendo dar origem a sujeitos políticos mais ricos e criativos, além dos esquemas duais das identidades e alteridades, sendo esse um enorme desafio.

As relações de opressão que as alunas passam com seus companheiros também é um fator importante a ser analisado, elas vem, muitas vezes, de lares violentos, onde assistem seus pais e padrastos exercerem condutas machistas e violentas com suas mães e depois formam lares onde há uma continuidade desse tipo de prática.

Presenciamos alunas serem levadas de dentro da escola à força para casa, devido aos ciúmes dos respectivos companheiros. Tivemos uma aluna que abandonou o programa depois de denunciar o marido à polícia, ele a espancou por ciúmes dos colegas de turma e depois foi jurada de morte por ele. Também presenciamos alunas que chegavam em sala com marcas no corpo e sabíamos depois, por meio de outras alunas, que elas sofriam violência física dos companheiros. Palestras de apoio à denúncia dessas práticas foram realizadas, mas existem também questões sociais, culturais e econômicas que fazem com que muitas mulheres aceitem viver nesse tipo de situação.

Acreditamos que a cultura da violência é ligada também a cultura do preconceito e a escola tem o dever de auxiliar na mudança de concepção da sociedade. O Projovem Urbano tem como frequentador principal, mulheres pobres, negras, pardas e afrodescendentes que precisam ter acesso a novas concepções e pertencimento cultural. Segundo Castro (2005, p.12),

Um desafio à escola, se engajada em uma educação antirracista, é buscar dialogar sobre uma outra história dos/das oprimidos/as, indo além das vitimizações [...]. A inclusão do debate sobre raça nas escolas vai além do necessário reconhecimento dos direitos humanos dos afrodescendentes, é um tipo de reparação histórica e tem a ver com um projeto de nação, um projeto nacional de educação que reconheça “as diferentes culturas constitutivas da nação brasileira, as relações que mantêm entre si grupos étnico/raciais e integrantes seus, assim como outras relações sociais” (SILVA, 2004, p. 388).

A cultura do respeito à diversidade e o conhecimento sobre a história de vida de cada um precisa ser propagado. As mulheres e mães que fazem parte do Projovem Urbano precisam ter acesso a esses conhecimentos, pois acreditamos que em posse desses conhecimentos elas podem ser multiplicadoras em casa e na comunidade dessa forma de pensar, plural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da educação em zonas periféricas, com um público em vulnerabilidade social nos fez repensar na nossa prática educativa e na importância social e cultural que a escola tem. É preciso discutir nas formações de professores sobre estratégias e táticas para retirar dos livros a teoria, realizando a transposição didática de temas relacionados ao respeito a diversidade de categorias sociais.

Para Weber (op. cit., p.27)

O posicionamento em favor de uma política de negociação da diferença cultural (MACEDO, 2006) e da tolerância social exige conhecimento crítico a respeito da história do Brasil, considerada dimensão ausente na formação docente. A compreensão da sociedade multicultural que é o país, permitiria entender que “a cultura tem uma dinâmica própria, as referências não podem ficar presas à tradição, pois as diferenças não estão só nas classes e na cultura, mas também no gênero, nas etnias”.

O Projovem Urbano é um programa educacional e social de grande importância para os que por ele foram atendidos, contudo, precisamos reconhecer que a execução dele não é sempre tão bonita e bem feita, as verbas atrasam, os alunos recebem as bolsas auxílio em atraso, as merendeiras decidem não cozinhar o que é determinado pela coordenação do programa, alguns profissionais não exercem o trabalho que lhes é devido, as direções das escolas não se engajam no programa e mais uma vez expõe os alunos a violações de direitos.

Acreditamos que as relações étnicas e de gênero precisam estar presentes nas discussões do programa de modo a desnaturalizar esses temas e fazer com que o combate as desigualdades entre as mulheres brasileiras diminua, que seja erradicada essa forma de educação sexista, homofóbica, lesbofóbica, racista e discriminatória, criando nas mães e pais a cultura da escolarização e valorização da educação.

É de fundamental importância lutar por uma sociedade mais justa e a educação para as relações étnico raciais podem transformar essa realidade cruel pela qual passamos, buscando o fim dos preconceitos e discriminações de raça e gênero, em busca de uma sociedade mais justa e tolerante, construindo uma nova ética social, onde as diferenças sejam tratadas com igualdade e respeito. São as mudanças sociais que possibilitam uma educação mais igualitária, unindo sujeitos e aproximando culturas e povos. De acordo com Bobbio (1992, p.5)

Os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas.

Sendo assim, cremos que a educação é capaz de empoderar as pessoas e também de construir uma ética social baseada no respeito, na tolerância e também na igualdade de gênero e raça e a educação é parte fundamental nessa transformação.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e Liberdade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1992.

CARVALHO, Rosângela Tenório de. Escola e diferença cultural: o debate da diferença cultural no campo do currículo da educação básica. In: SCOTT, Parry. **Gênero, Diversidade e Desigualdade na Educação**: interpretações e reflexões para a formação docente. Recife: Editora Universitária, 2009. p 41-64.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. **Revista Estudos Feministas**, v.10, p. 57-74, 1992.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro; Summus, 2001.

CASTRO, Mary Garcia, Gênero e Raça: desafios à escola. In: SANTANA, M.O. (Org) **Lei 10.639/03** – educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afrobrasileira e africana na educação fundamental. Pasta de Texto da Professora e do Professor. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2005.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero nos sistemas de ensino**: os limites das políticas universalistas na educação. Brasília: UNESCO, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes,1997.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2. ed. São Paulo : Loyola, 1983.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

SALGADO, Maria Umbelina Caiafa, (org). **Manual do Educador**: Orientações Gerais. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2008.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Graal. Coleção Tendências. Vol.4. 1983.

WEBER, Silke. Desigualdades Sociais e Escola: alguns aspectos a considerar. In: SCOTT, Parry. **Gênero, Diversidade e Desigualdade na Educação**: interpretações e reflexões para a formação docente. Recife: Editora Universitária, 2009. p 23-40.